



# DIÁRIO OFICIAL DO MP

Ano VI • nº 1118 • Campo Grande – MS • sexta-feira • 28 de agosto de 2015

21 páginas



## Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Gestão 2014-2016

Procurador-Geral de Justiça

**Humberto de Matos Brittes**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Jurídica

**Mara Cristiane Crisóstomo Bravo**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativa

**João Albino Cardoso Filho**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional

**Paulo Cezar dos Passos**

Corregedor-Geral do Ministério Público

**Mauri Valentim Riciotti**

Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público

**Antonio Siufi Neto**

Ouvidor do Ministério Público

**Olavo Monteiro Mascarenhas**

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça **Sérgio Luiz Morelli**

Procurador de Justiça **Mauri Valentim Riciotti**

Procurador de Justiça **Hudson Shiguer Kinashi**

Procurador de Justiça **Olavo Monteiro Mascarenhas**

Procuradora de Justiça **Irma Vieira de Santana e Anzoategui**

Procuradora de Justiça **Nilza Gomes da Silva**

Procurador de Justiça **Silvio Cesar Maluf**

Procurador de Justiça **Antonio Siufi Neto**

Procurador de Justiça **Evaldo Borges Rodrigues da Costa**

Procuradora de Justiça **Marigô Regina Bittar Bezerra**

Procurador de Justiça **Belmiros Soles Ribeiro**

Procurador de Justiça **Humberto de Matos Brittes**

Procurador de Justiça **Miguel Vieira da Silva**

Procurador de Justiça **Amilton Plácido da Rosa**

Procurador de Justiça **João Albino Cardoso Filho**

Procurador de Justiça **Paulo Alberto de Oliveira**

Procuradora de Justiça **Lucienne Reis D'Ávila**

Procuradora de Justiça **Ariadne de Fátima Cantú da Silva**

Procurador de Justiça **Francisco Neves Júnior**

Procurador de Justiça **Edgar Roberto Lemos de Miranda**

Procurador de Justiça **Marcos Antonio Martins Sottoriva**

Procuradora de Justiça **Esther Sousa de Oliveira**

Procurador de Justiça **Aroldo José de Lima**

Procurador de Justiça **Adhemar Mombrum de Carvalho Neto**

Procurador de Justiça **Gerardo Eriberto de Moraes**

Procurador de Justiça **Luis Alberto Safrader**

Procuradora de Justiça **Sara Francisco Silva**

Procuradora de Justiça **Mara Cristiane Crisóstomo Bravo**

Procuradora de Justiça **Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya**

Procurador de Justiça **Helton Fonseca Bernardes**

Procurador de Justiça **Gilberto Robalinho da Silva**

Procurador de Justiça **Paulo Cezar dos Passos**

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

### DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-8990 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdcc@mpms.mp.br](mailto:caopjdcc@mpms.mp.br)

### DIÁRIO OFICIAL – DOMP-MS

Criação: Assessoria de Comunicação

Editoração eletrônica: Secretaria-Geral

Endereço: Rua Pres. Manuel Ferraz de Campo Salles, 214 | Jardim Veraneio

CEP 79031-907 | Campo Grande- MS

Telefone: (67) 3318-2055 | [dompms@mpms.mp.br](mailto:dompms@mpms.mp.br)

### SUMÁRIO

Procuradoria-Geral de Justiça.....	1
Procuradoria-Geral Adjunta de Justiça Administrativa.....	2
Colégio de Procuradores de Justiça .....	3
Conselho Superior .....	3
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional .....	12
Secretaria-Geral.....	13
Secretaria de Administração .....	14
Editais das Promotorias de Justiça.....	15

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

#### AVISO Nº 24/2015/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, **comunica aos Promotores de Justiça Auxiliares** que, **dentro do prazo de dois dias**, a contar da data da publicação deste Aviso (não se aplicando, no caso, o artigo 184 do Código de Processo Civil), receberá os requerimentos daqueles que pretendam coadjuvar, sem prejuízo de suas funções, a **32ª Promotoria de Justiça de Campo Grande**.

Campo Grande, 27 de agosto de 2015.

**Humberto de Matos Brittes**

Procurador-Geral de Justiça

\*\*\*\*\*

#### Extrato das Portarias expedidas pelo Procurador-Geral de Justiça

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

**Designar** o 39º Promotor de Justiça de Campo Grande, **Fernando Martins Zaupa**, para, sem prejuízo de suas funções, a partir de 18.8.2015, atuar no Termo Circunstanciado de Ocorrência nº 0008905-57.2014.8.12.0110, em trâmite na 7ª Vara do Juizado Especial da referida Comarca, para oferecer denúncia em face de R.A.A., imputando a prática do(s) crime(s) descrito(s) no artigo 28 da Lei nº 11.343/06, bem como atuar nos Autos nº 0008905-57.2014.8.12.0110, até julgamento final (Port. nº 1853/2015-PGJ, de 25.8.2015).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das

atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

**Suspender**, por necessidade de serviço, a partir de 27.8.2015, as férias da Procuradora de Justiça **Lucienne Reis D'Avila**, concedidas por meio da Portaria nº 1102/2015-PGJ, de 25.5.2015 (Port. nº 1854/2015-PGJ, de 27.8.2015).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

**Designar** o 39º Promotor de Justiça de Campo Grande, **Fernando Martins Zaupa**, para, sem prejuízo de suas funções, officiar nos autos do Inquérito Civil nº 20/2014 e no Procedimento Preparatório nº 108/2014, em trâmite pela 30ª Promotoria de Justiça da referida Comarca (Port. nº 1855/2015-PGJ, de 27.8.2015).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

**Designar** o 46º Promotor de Justiça de Campo Grande, **Paulo Henrique Camargo Iunes**, para responder pelos Procedimentos relativos ao cumprimento de Cartas Precatórias relacionadas a atos infracionais, no âmbito da Infância e Juventude da referida Comarca (Port. nº 1862/2015-PGJ, de 27.8.2015).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

**Designar** o 33º Promotor de Justiça de Campo Grande, **Nicolau Bacarji Junior**, para responder pelos Procedimentos relativos ao cumprimento de Cartas Precatórias Cíveis, no âmbito da Infância e Juventude da referida Comarca (Port. nº 1863/2015-PGJ, de 27.8.2015).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido no artigo 4º da Resolução nº 15/2009, de 16 de julho de 2009, alterada pela Resolução nº 16/2015-PGJ, de 12 de junho de 2015,

**R E S O L V E :**

**Nomear** o Procurador de Justiça **Olavo Monteiro Mascarenhas** para exercer a função de Ouvidor do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para o biênio 2015/2017 (Port. nº 1864/2015-PGJ, de 27.8.2015).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

**Nomear Catarina Andrés Caram Guimarães** para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011 (Port. nº 1865/2015-PGJ, de 27.8.2015).

**(a) Humberto de Matos Brittes**

Procurador-Geral de Justiça

### PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

**Extratos das Portarias expedidas pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativa**

**O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

**Conceder** férias aos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual abaixo nominados, nos termos dos artigos 1º e 5º da Resolução nº 022/2014-PGJ, de 12 de setembro de 2014, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000 (Port. nº 1850/2015-PGJ, de 25.8.2015):

SERVIDOR(A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	TIPO
Edson Amorim Beiro Junior	2014/2015	18.9 a 2.10.2015	Regulamentares
Fabiano Alves Davy	2013/2014	14 a 28.9.2015	
Géssyca Ramires Matos	2012/2013	23.9 a 7.10.2015	
Lailene Couto Penteado	2013/2014	8.9 a 7.10.2015	
Lucas Padovam Fernandes	2014/2015	25.9 a 9.10.2015	
Rafael Assef Vieira	2013/2014	15 a 29.9.2015	
Denize Aparecida Moretti Girelli	2010/2011	31.8 a 14.9.2015	Remanescentes
Edson Amorim Beiro Junior	2013/2014	3 a 17.9.2015	
Fabiano Alves Davy	2009/2010	1º a 7.9.2015	
	2012/2013	8 a 13.9.2015	
Géssyca Ramires Matos	2011/2012	8 a 22.9.2015	
Gina de Rezende Matias	2014/2015	28.9 a 2.10.2015	
Huanderson Salomão de Oliveira Borges	2014/2015	8 a 18.9.2015	
Jose Luiz Alvarenga de Oliveira	2008/2009	21 a 25.9.2015	
	2009/2010	28.9 a 12.10.2015	
Maria Anghelica Espindola Domingues	2014/2015	7 a 11.9.2015	
Natália Galil Guilhermino	2014/2015	3 a 17.9.2015	
Patricia da Silva Pereira	2013/2014	28.9 a 2.10.2015	
Simeia Fernanda da Silva Taveira	2010/2011	8 a 16.9.2015	

**O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso XI, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**RESOLVE:**

**Conceder** à servidora **Francislene de Souza**, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o apostilamento de seu nome junto aos cadastros deste Órgão, em virtude de casamento em 22.2.2013, de modo que passe a constar **Francislene de Souza Guerreiro** (Port. nº 1856/2015-PGJ, de 27.8.2015).

**(a) João Albino Cardoso Filho**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

**DELIBERAÇÃO PROFERIDA PELO COLENO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, EM REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2015.**

**1. Ordem do Dia:****1.1. Processo PGJ/10/2589/2015**

Expediente: Aviso nº 21/2015-PGJ, de 12.8.2015, publicado DOMP nº 1108, de 13.8.2015.

Assunto: Formação da lista tríplice, a ser votada pelo Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, para o cargo de Ouvidor do Ministério Público, instituído pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009.

**Deliberação:** O Colégio de Procuradores indicou ao Procurador-Geral de Justiça a lista tríplice composta pelos nomes dos Drs. Olavo Monteiro Mascarenhas, Procurador de Justiça, 23 votos; André Antônio Camargo Lorenzoni, Promotor de Justiça, 6 votos; e Clóvis Amauri Smaniotto, Promotor de Justiça, 0 voto, para escolha do Ouvidor do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande, 27 de agosto de 2015.

**Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya**

Procuradora de Justiça

Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR**

**PAUTA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 1º DE SETEMBRO DE 2015, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.**

**1. Expedientes:****1.1. Expediente encaminhado ao Conselho Superior para conhecimento:****1. Corregedoria-Geral do Ministério Público:**

- Ofício nº 514/CGMP/2015, de 18.8.2015, encaminha o Relatório Circunstanciado das Correções Ordinárias realizadas no mês de julho de 2015.

**1.2. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise:****1.2.1. CONSELHEIRO HUDSON SHIGUER KINASHI:****1. Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Eldorado:**

- Ofício nº 329/2015/PJEL, de 12.8.2015, encaminha cópia do despacho saneador feito no Inquérito Civil nº 01/2013, em trâmite na Promotoria de Eldorado/MS, para exame e deliberação no que tange ao declínio parcial de atribuição para o Ministério Público Federal adotar as medidas pertinentes em relação às obrigações ambientais do INCRA.

**2. Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 7/2014. Instaurado em 18.7.2014.

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte procedimento administrativo:**

- Procedimento Administrativo nº 11/2014. Instaurado em 25.7.2014.

**3. Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sonora:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 1/2012. Instaurado em 31.1.2012.
- Inquérito Civil nº 8/2014. Instaurado em 18.7.2014.

**4. 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 13/2014. PP convertido em IC em 21.1.2015.
- Inquérito Civil nº 24/2014. PP convertido em IC em 26.1.2015.

**5. 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 4/2012. Instaurado em 17.2.2012.

**6. 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 90 dias para conclusão do seguinte procedimento preparatório:**

- Procedimento Preparatório nº 13/2015. Instaurado em 6.3.2015.

**7. 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bonito:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 90 dias para conclusão dos seguintes procedimentos preparatórios:**

- Procedimento Preparatório nº 20/2015. Instaurado em 30.4.2015.
- Procedimento Preparatório nº 12/2015. Instaurado em 7.4.2015.

**8. 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã:**

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 44/2013. PP convertido em IC em 29.7.2013.

**9. 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã:**

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 4/2013. Instaurado em 22.1.2013.
- Inquérito Civil nº 22/2013. Instaurado em 6.5.2013.
- Inquérito Civil nº 33/2013. Instaurado em 14.8.2013.
- Inquérito Civil nº 8/2014. Instaurado em 4.4.2014.
- Inquérito Civil nº 20/2014. Instaurado em 4.6.2014.
- Inquérito Civil nº 26/2014. Instaurado em 3.7.2014.
- Inquérito Civil nº 37/2014. Instaurado em 15.10.2014.

**10. Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes:**

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 6/2011. Instaurado em 18.2.2011.

Comunica a prorrogação de prazo por 90 dias para conclusão do seguinte procedimento preparatório:

- Procedimento Preparatório nº 7/2015. Instaurado em 24.4.2015.

**1.2.2. CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:****1. Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Glória de Dourados:**

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 1/2014. PP convertido em IC em 30.1.2014.

**2. Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Nova Alvorada do Sul:**

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte procedimento administrativo:

- Procedimento Administrativo nº 22/2014. Instaurado em 5.8.2014.

**3. 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá:**

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 16/2014. Instaurado em 22.7.2014.
- Inquérito Civil nº 17/2014. NF convertida em IC em 23.7.2014.

**4. 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda:**

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 23/2011. Instaurado em 22.6.2011.
- Inquérito Civil nº 24/2011. Instaurado em 26.6.2011.

- Inquérito Civil nº 9/2013. Instaurado em 13.12.2013.

**5. 50ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Campo Grande:**

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 14/2012. Instaurado em 22.8.2012.

**6. 57ª Promotoria de Justiça coadjuvando a 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande:**

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 5/2015. Instaurado em 27.1.2015.
- Inquérito Civil nº 8/2015. Instaurado em 29.1.2015.
- Inquérito Civil nº 9/2015. Instaurado em 29.1.2015.

**7. Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 2/2013. Instaurado em 5.2.2013.

**8. Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Comunica a prorrogação de prazo por 90 dias para conclusão do seguinte procedimento preparatório:

- Procedimento Preparatório nº 9/2015. Instaurado em 15.4.2015.

**9. 11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados:**

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 10/2012. Instaurado em 6.2.2012.

**10. 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados:**

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 79/2011. Instaurado em 29.7.2011.
- Inquérito Civil nº 2/2014. Instaurado em 13.7.2014.
- Inquérito Civil nº 5/2012. Instaurado em 26.5.2012.
- Inquérito Civil nº 25/2014. PP convertido em IC em 27.1.2015.

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte procedimento administrativo:

- Procedimento Administrativo nº 4/2014. Instaurado em 1º.8.2014.

**11. 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai:**

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 2/2015. Instaurado em 30.1.2015.

**12. 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Amambai:**

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte procedimento administrativo:

- Procedimento Administrativo nº 5/2015. Instaurado em 4.2.2015.

### **1.2.3. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**

#### **1. Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Água Clara:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 90 dias para conclusão do seguinte procedimento preparatório:**

- Procedimento Preparatório nº 2/2015. NF convertida em PP em 5.5.2015.

#### **2. 10ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Dourados:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 41/2014. PP convertido em IC em 4.2.2015.

#### **3. 13ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Dourados:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 8/2011. Instaurado em 18.3.2011.

#### **4. 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 24/2011. Instaurado em 15.8.2011.
- Inquérito Civil nº 10/2012. Instaurado em 13.2.2012.
- Inquérito Civil nº 43/2014. PP convertido em IC em 27.1.2015.
- Inquérito Civil nº 41/2014. PP convertido em IC em 27.1.2015.
- Inquérito Civil nº 6/2012. Instaurado em 13.2.2012.
- Inquérito Civil nº 41/2013. PP convertido em IC em 5.2.2014.
- Inquérito Civil nº 4/2012. Instaurado em 13.2.2012.
- Inquérito Civil nº 43-LCP/2014. Recebido da 5ª PJ de Ponta Porã em 27.1.2015.
- Inquérito Civil nº 41-LCP/2014. Recebido da 5ª PJ de Ponta Porã em 29.1.2015.
- Inquérito Civil nº 51-LCP/2013. Recebido da 5ª PJ de Ponta Porã em 29.1.2015.
- Inquérito Civil nº 10-LCP/2012. Recebido da 5ª PJ de Ponta Porã em 29.1.2015.
- Inquérito Civil nº 42-LCP/2012. Recebido da 5ª PJ de Ponta Porã em 29.1.2015.
- Inquérito Civil nº 15-LCP/2012. Recebido da 5ª PJ de Ponta Porã em 29.1.2015.

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte procedimento administrativo:**

- Procedimento Administrativo nº 16/2014. Instaurado em 30.7.2014.

**Comunica a prorrogação de prazo por 90 dias para conclusão dos seguintes procedimentos preparatórios:**

- Procedimento Preparatório nº 25/2015. Instaurado em 27.4.2015.

- Procedimento Preparatório nº 27/2015. Instaurado em 29.4.2015.

### **5. 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aparecida do Taboado:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 6/2014. Instaurado em 28.7.2014.

### **1.2.4. CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**

#### **1. 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica:**

**Ofícios nº 443/2015- 2ª PJCR e nº 438/2015 – 2ª PJCR, tendo em vista que no dia 13.2.2015 foi publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul (nº 8.862) a Lei Estadual nº 4.648, de 12.2.2015, que modifica anexos da Lei nº 1.511, de 5.7.1994, para vincular o Município de Figueirão à competência territorial da comarca de Camapuã, comunica a remessa dos seguintes autos à Promotoria de Justiça de Camapuã: Procedimento Administrativo nº 10/2014 e Inquérito Civil nº 10/2009.**

#### **2. 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 4/2014. Instaurado em 5.8.2014.

#### **3. 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 30/2011. Instaurado em 25.5.2011.

#### **4. Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaquiraí:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 4/2014. Instaurado em 12.6.2014.

#### **5. Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Itaquiraí:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes procedimentos administrativos:**

- Procedimento Administrativo nº 4/2014. Instaurado em 23.1.2014.
- Procedimento Administrativo nº 32/2014. Instaurado em 30.7.2014.

#### **6. Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Itaquiraí:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte procedimento administrativo:**

- Procedimento Administrativo nº 27/2014. Instaurado em 21.7.2014.

#### **7. 1ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Coxim:**



**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte procedimento administrativo:**

- Procedimento Administrativo nº 41/2014. Instaurado em 17.11.2014.

**8. 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 90 dias para conclusão dos seguintes procedimentos preparatórios:**

- Procedimento Preparatório nº 41/2014. Instaurado em 16.12.2014.
- Procedimento Preparatório nº 42/2014. Instaurado em 16.12.2014.
- Procedimento Preparatório nº 43/2014. Instaurado em 16.12.2014.

**9. 2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Coxim:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte procedimento administrativo:**

- Procedimento Administrativo nº 4/2015. Instaurado em 20.1.2015.

**10. 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 6/2013. Instaurado em 16.8.2013.

**11. 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 1/2015. Instaurado em 14.1.2015.
- Inquérito Civil nº 4/2015. Instaurado em 20.1.2015.

**12. 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Chapadão do Sul:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 2/2015. Instaurado em 14.1.2015.
- Inquérito Civil nº 3/2015. Instaurado em 14.1.2015.

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte procedimento administrativo:**

- Procedimento Administrativo nº 4/2014. Instaurado em 13.10.2014.

**13. 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 7/2014. Instaurado em 23.7.2014.
- Inquérito Civil nº 29/2012. PP convertido em IC em 8.8.2012.

**1.2.5. CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**

**1. 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para**

**conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 29/2013. PP convertido em IC em 29.1.2014.
- Inquérito Civil nº 56/2014. Instaurado em 29.7.2014.
- Inquérito Civil nº 4/2015. Instaurado em 22.1.2015.

**Comunica a prorrogação de prazo por 90 dias para conclusão do seguinte procedimento preparatório:**

- Procedimento Preparatório nº 14/2015. NF convertida em PP em 24.4.2015.

**2. 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 3/2015. Instaurado em 29.1.2015.
- Inquérito Civil nº 4/2015. Instaurado em 29.1.2015.
- Inquérito Civil nº 5/2015. Instaurado em 29.1.2015.
- Inquérito Civil nº 6/2015. Instaurado em 29.1.2015.
- Inquérito Civil nº 7/2015. Instaurado em 29.1.2015.
- Inquérito Civil nº 9/2015. Instaurado em 29.1.2015.

**3. 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 6/2013. PP convertido em IC em 31.1.2013.
- Inquérito Civil nº 9/2013. Instaurado em 31.1.2013.

**Comunica a prorrogação de prazo por 90 dias para conclusão do seguinte procedimento preparatório:**

- Procedimento Preparatório nº 46/2015. Instaurado em 27.4.2015.

**4. 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 75/2014. PP convertido em IC em 27.1.2015.
- Inquérito Civil nº 76/2014. PP convertido em IC em 28.1.2015.
- Inquérito Civil nº 8/2014. Instaurado em 4.8.2014.

**5. 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 53/2013. PP convertido em IC em 29.1.2014.

**1.2.6. CONSELHEIRO LUÍS ALBERTO SAFRAIDER:**

**1. Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 4/2013. Instaurado em 14.8.2013.

**2. Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude**

**da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 15/2014. PP convertido em IC em 26.1.2015.

**3. Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte procedimento administrativo:**

- Procedimento Administrativo nº 4/2015. Instaurado em 26.1.2015.

**4. Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 23/2009. Instaurado em 24.4.2009.
- Inquérito Civil nº 1/2014. Instaurado em 4.2.2014.
- Inquérito Civil nº 2/2014. Instaurado em 4.2.2014.

**5. 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Costa Rica:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes procedimentos administrativos:**

- Procedimento Administrativo nº 5/2015. Instaurado em 30.1.2015.
- Procedimento Administrativo nº 6/2015. Instaurado em 30.1.2015.

**6. 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes procedimentos administrativos:**

- Procedimento Administrativo nº 2/2015. Instaurado em 30.1.2015.
- Procedimento Administrativo nº 4/2015. Instaurado em 30.1.2015.

**7. 2ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Costa Rica:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes procedimentos administrativos:**

- Procedimento Administrativo nº 3/2015. Instaurado em 30.1.2015.
- Procedimento Administrativo nº 8/2015. Instaurado em 30.1.2015.

**8. 2ª Promotoria de Justiça Criminal da comarca de Costa Rica:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte procedimento administrativo:**

- Procedimento Administrativo nº 1/2015. Instaurado em 30.1.2015.

**9. 2ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Costa Rica:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para**

**conclusão do seguinte procedimento administrativo:**

- Procedimento Administrativo nº 9/2015. Instaurado em 30.1.2015.

**10. Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 1/2010. Instaurado em 10.2.2010.
- Inquérito Civil nº 11/2014. Instaurado em 3.2.2014.

**11. Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 4/2014. Instaurado em 15.7.2014.
- Inquérito Civil nº 1/2015. Instaurado em 14.1.2015.

**12. 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 3/2015. Instaurado em 30.1.2015.
- Inquérito Civil nº 4/2015. Instaurado em 30.1.2015.

**13. 2ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Naviraí:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 14/2012. Instaurado em 18.1.2012.

**14. 3ª Promotoria de Justiça Criminal da comarca de Naviraí:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 1/2012. Instaurado em 25.6.2012.

**1.2.7. CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:****1. 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 85/2014. PP convertido em IC em 28.1.2015.

**2. 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 90 dias para conclusão do seguinte procedimento preparatório:**

- Procedimento Preparatório nº 5/2015. Instaurado em 30.4.2015.

**3. 5ª Promotoria de Justiça das Fundações da comarca de Corumbá:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte procedimento administrativo:**

- Procedimento Administrativo nº 8/2014. Instaurado em 6.8.2014.

**4. 7ª Promotoria de Justiça da Infância e da**

**Juventude da comarca de Corumbá:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes procedimentos administrativos:**

- Procedimento Administrativo nº 91/2014. Instaurado em 5.8.2014.
- Procedimento Administrativo nº 92/2014. Instaurado em 7.8.2014.
- Procedimento Administrativo nº 11/2015. Instaurado em 26.1.2015.
- Procedimento Administrativo nº 13/2015. Instaurado em 29.1.2015.
- Procedimento Administrativo nº 15/2015. Instaurado em 3.2.2015.
- Procedimento Administrativo nº 16/2015. Instaurado em 3.2.2015.

**5. Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Bela Vista:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 6/2013. Instaurado em 1º.9.2013.

**6. Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 8/2013. Instaurado em 15.7.2013.
- Inquérito Civil nº 5/2014. Instaurado em 20.1.2014.
- Inquérito Civil nº 26/2014. Instaurado em 18.7.2014.

**7. Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 3/2014. Instaurado em 16.1.2014.
- Inquérito Civil nº 4/2014. Instaurado em 16.1.2014.
- Inquérito Civil nº 19/2014. Instaurado em 17.11.2014.
- Inquérito Civil nº 3/2015. Instaurado em 8.1.2015.
- Inquérito Civil nº 6/2015. Instaurado em 12.1.2015.

**1.2.8. CONSELHEIRO GILBERTO ROBALINHO DA SILVA:****1. 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 16/2014. Instaurado em 4.8.2014.

**2. 67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 6/2014. Instaurado em 11.12.2014.
- Inquérito Civil nº 9/2014. PP convertido em IC em 19.11.2014.
- Inquérito Civil nº 18/2014. PP convertido em IC em 6.2.2015.

- Inquérito Civil nº 19/2014. PP convertido em IC em 6.2.2015.

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes procedimentos administrativos:**

- Procedimento Administrativo nº 1/2014. Instaurado em 7.1.2014.
- Procedimento Administrativo nº 4/2014. Instaurado em 14.1.2014.
- Procedimento Administrativo nº 6/2014. Instaurado em 20.1.2014.
- Procedimento Administrativo nº 11/2015. Instaurado em 27.4.2015.

**3. 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 4/2014. Instaurado em 29.7.2014.
- Inquérito Civil nº 13/2014. Instaurado em 19.12.2014.

**4. 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 14/2012. PP convertido em IC em 5.1.2013.
- Inquérito Civil nº 24/AIP/2012. Instaurado em 12.8.2012.
- Inquérito Civil nº 1/2015. Instaurado em 30.1.2015.

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte procedimento administrativo:**

- Procedimento Administrativo nº 3/2014. Instaurado em 5.2.2014.

**5. 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Ivinhema:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte procedimento administrativo:**

- Procedimento Administrativo nº 2/2014. Instaurado em 5.2.2014.

**6. Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 1/2015. Instaurado em 13.1.2015.

**7. Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Rio Negro:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 90 dias para conclusão do seguinte procedimento preparatório:**

- Procedimento Preparatório nº 11/2015. Instaurado em 22.4.2015.

**1.3. TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA ENCAMINHADOS AO CONSELHO:**



**1.3.1. CONSELHEIRO HUDSON SHIGUER KINASHI:****• 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó:**

Adendo ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 4/2012. Compromissário: Odailton Ribeiro dos Santos (Fazenda Picada).

**1.3.2. CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:****• 10ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Dourados:**

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Procedimento Preparatório nº 29/2015. Compromissária: Fundação de Serviços de Saúde de Dourados (FUNDSAUD), representada por seu Diretor- Presidente Fábio José Judacewski.

**1.3.3. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:****• 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó:**

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 8/2012. Compromissários: Yoshio Miyazahi, representado neste ato por sua filha Euza Yassue Miyazahi Shingu; e Yaeko Miyazahi Kato, representada neste ato por seu esposo Hajime José Kato.

**1.3.4. CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:****• Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia:**

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 1/2015. Compromissário: Antônio José da Silva.

**1.3.5. CONSELHEIRO LUÍS ALBERTO SAFRAIDER:****• 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí:**

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 124/2012. Compromissária: COOPAJU Cooperativa dos Produtores do Assentamento Juncal, representada por Julindro Lopes da Silva.

**1.3.6. CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:****• 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande:**

2º Aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 14/2009. Compromissário: Shiraishi & Cia Ltda., nome fantasia Auto Posto Shiraishi, neste ato representado por Mário Seiti Shiraishi.

**1.3.7. CONSELHEIRO GILBERTO ROBALINHO DA SILVA:****• 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande:**

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 39/2008. Compromissária: Empresa

Águas Guararoba S.A., neste ato representada pelos Senhores José João de Jesus da Fonseca, Diretor-Presidente e Josélio Alves Raymundo, Diretor Executivo.

**2. Ordem do dia:****2.1. Matéria Administrativa:****2.1.1. Julgamento de Processos:****1. Processo PGJ/10/2468/2015.**

Requerente: Alexandre Lima Raslan, Promotor de Justiça.

Assunto: Requer autorização para frequentar curso, sem prejuízo das funções, de Pós-Graduação *strictu sensu* (Doutorado) junto à Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo-SP, a partir do 2º semestre de 2015, aos sábados.

**Relator Conselheiro Gilberto Robalinho da Silva.**

**2.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****2.2.1. CONSELHEIRO – RELATOR HUDSON SHIGUER KINASHI:****1. Inquérito Civil nº 16/2014**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Pedro Gomes/MS

Assunto: Apurar eventual descumprimento, pelo Município de Pedro Gomes/MS, dos seguintes dispositivos legais da Lei de Responsabilidade Fiscal: a) art. 9º, § 4º; b) art. 19, inc. III; c) art. 20, inc. III, alíneas “a” e “b”; d) art. 48, § único, incs. I, II e III.

**2. Inquérito Civil nº 21/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Brás Antônio Ovídio

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na fazenda Santa Maria.

**3. Procedimento Preparatório nº 1/2015**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Sidrolândia

Assunto: Apurar descumprimento da Lei Municipal nº 1578/2012.

**4. Inquérito Civil nº 97/2014**

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: 46ª Promotoria de Justiça de Campo Grande

Requerido: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Assunto: Apurar eventual irregularidade no teor da Deliberação 423/CDMCA/14 publicada no Diário Oficial de Campo Grande, impondo aos Conselheiros Tutelares de Campo Grande a realização de capacitação dos Conselheiros Tutelares Suplentes, mesmo não havendo previsão legal para tanto.

**5. Procedimento Preparatório nº 7/2014**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no pagamento de diárias aos vereadores da Câmara Municipal de Bataguassu uma vez que, no período de janeiro/2013 a setembro/2014, a Câmara teria gasto cerca de R\$ 397.288,42 (trezentos e noventa e sete mil, duzentos e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos) com o pagamento de diárias aos vereadores.

**2.2.2. CONSELHEIRO – RELATOR EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:****1. Inquérito Civil nº 78/2009**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Carlos de Almeida Castro e Tânia Maria Herradon Castro

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental das áreas de preservação permanente do córrego Coqueiro, situadas na propriedade localizada na Estrada SE-04, Quadra G44, Lote 01, Chácara dos Poderes, em Campo Grande-MS.

**2. Inquérito Civil nº 2/2014**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gean Clay Bell

Assunto: Apurar os danos causados em área de preservação permanente, decorrentes de obras de terraplanagem e edificação de talude sem autorização ambiental do órgão competente.

**3. Inquérito Civil nº 13/2015**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Inocêncio da Silva

Requerida: Sanctis & Sanctis Academia Ltda.

Assunto: Apurar a poluição sonora produzida pelo empreendimento denominado “Sanctis & Sanctis Academia Ltda.”, com endereço na rua Marques de Pombal, nº 570, bairro Tiradentes, em Campo Grande-MS, havendo indícios de estar instalado e operando sem licença ou autorização ambiental ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

**4. Inquérito Civil nº 75/2009**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Paulo Luiz Baptista Galvão, Ana Maria Galvão, Marihyte Baptista Galvão, Paulo Roberto Galvão, André Luiz Baptista Galvão e Marihyte Galvão

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental das áreas de preservação permanente do córrego Pedregulho, situadas na propriedade localizada na Estrada NE-05, Quadra G15, Lote 03, Chácara dos Poderes, em Campo

Grande-MS.

**5. Procedimento Preparatório nº 49/2015**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Habitação - SEINTRHA e a Central de Compras do Município de Campo Grande - CECOM

Assunto: Apurar eventual irregularidade no fato de a empresa TS Construtora Ltda., tentar conseguir pasta para participar de licitação (Proc. Adm. nº 21.002/2015-19, 20.920/2015-68 e 20.935/2015-35 referentes às Licitações nºs 004/2015, 005/2015 e 006/2015) na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Habitação e não conseguir, apesar de estar devidamente cadastrada na Prefeitura Municipal.

**2.2.3. CONSELHEIRO – RELATOR FRANCISCO NEVES JÚNIOR:****1. Inquérito Civil nº 1/2005**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Dourados e Empresa Planaterra

Assunto: Investigar a regularidade da construção do asfalto no bairro Terra Roxa.

**2. Inquérito Civil nº 18/2015**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Denúncia anônima

Requerido: Dioneir Pereira do Carmo

Assunto: Apurar a notícia de que o estabelecimento comercial (bar) localizado na rua Várzea Grande esquina com a rua João Araújo França, bairro Vila Margarida, em Campo Grande-MS, estaria operando sem a devida licença ambiental e demais autorizações exigidas pelas normas legais e regulamentares pertinentes, causando poluição sonora.

**3. Inquérito Civil nº 36/2014**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Antônio João/MS

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade por violação do princípio da legalidade em matéria tributária, estampado nos artigos 150, I, da Constituição, e 97 do CTN (Código Tributário Nacional), uma vez que o aumento dos valores da base de cálculo do IPTU teria sido efetuado por decreto, em valor muito superior ao resultante do índice de correção monetária estabelecido em lei.

**2.2.4. CONSELHEIRO – RELATOR LUÍS ALBERTO SAFRAIDER:****1. Inquérito Civil nº 17/2013**

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Auto Posto Tijuca

Assunto: Averiguar a comercialização de combustíveis automotivo em desacordo com as especificações estabelecidas na legislação vigente.

## **2. Inquérito Civil nº 21/2014**

49ª Promotoria de Justiça das Entidades de Interesse Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa em licitações praticadas pelos atuais diretores do SEBRAE/MS.

## **3. Inquérito Civil nº 29/2013**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Edson Peres Ibrahim

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade praticado por Edson Peres Ibrahim, ex-prefeito do município de Batayporã/MS, consistente na contratação de serviço de reparação asfáltica, o qual não foi realizado, mas, foi atestado pelo departamento de engenharia da prefeitura como se tivesse sido.

## **4. Inquérito Civil nº 13/2014**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Batayporã

Assunto: Apurar eventual irregularidade na locação do imóvel localizado à rua Ataliba Ramos, nº 1557, Matrícula nº 10345 do CRI de Nova Andradina/MS.

## **5. Procedimento Preparatório nº 42/2014**

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerentes: Ministério Público Estadual e Fátima Ferreira de Paula

Requerida: República Gran Parças

Assunto: Apurar notícia indicativa da prática de irregularidade ambiental, consistente na poluição sonora decorrente da emissão de ruídos provenientes de uma residência denominada República Gran Parças, localizada na av. Weimar Júnior, nº 75, Jardim Universitário, e eventual falta de sistema de rede geral de saneamento básico pelo município de Dourados/MS.

### **2.2.5. CONSELHEIRO – RELATOR GILBERTO ROBALINHO DA SILVA:**

#### **1. Inquérito Civil nº 38/2014**

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposto ato de improbidade administrativa prevista no artigo 11, inciso II, da Lei nº 8.429/92, em face da não revogação do Termo de Permissão de Uso 02/08-03 pela Prefeitura Municipal de

Campo Grande/MS.

## **2. Inquérito Civil nº 19/2012**

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Associação Beneficente de Campo Grande - Santa Casa

Assunto: Acompanhamento da execução do Plano de Ação vigente na Associação Beneficente de Campo Grande - Mantenedora do Hospital de Caridade Santa Casa.

## **3. Inquérito Civil nº 1/2007**

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerentes: Médicos do Instituto de Medicina e Odontologia de Mato Grosso do Sul - IMOL

Requerido: A apurar

Assunto: Regularizar e/ou apurar a prestação de serviço do IMOL a sociedade.

## **4. Inquérito Civil nº 49/2009**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: D.I. Comércio de Combustíveis Ltda.

Assunto: Apurar a instalação e a operação do posto de combustível Saldiva & Estival Ltda., nome fantasia Posto Garcia, localizado na rua Dolores, nº 381, bairro Vila Espanhola, em Campo Grande-MS.

## **5. Inquérito Civil nº 70/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Usina de Reciclagem de lixo

Assunto: Apurar eventual ocorrência de poluição sonora e problema com oscilação de energia das residências ao redor.

## **6. Inquérito Civil nº 20/2013**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Guerreiro Agrobusiness Ltda.-ME

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal e de preservação permanente, bem como a conservação do solo no imóvel rural identificado como fazenda Cachoeira, situado em Campo Grande-MS, de propriedade de Clóvis Diniz Guerreiro, onde ocorrem as atividades do empreendimento Guerreiro Agrobusiness Ltda.-ME, CNPJ nº 16.538.342/0001-08, havendo notícia de existência do desvio das águas de uma nascente afluente do córrego Cachoeira e da queimada não autorizada de leiras.

## **7. Inquérito Civil nº 25/2009**

26ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Poder Público Municipal

Assunto: Apurar a degradação da área central de Campo Grande e o comprometimento estético e estrutural das fachadas dos prédios de relevância histórico-cultural em decorrência da instalação de painéis e letreiros publicitários, provocando poluição visual e descaracterização dos edifícios de interesse histórico e cultural.

#### **8. Inquérito Civil nº 53/2014**

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados

Requerentes: Ministério Público Estadual e Alana Teixeira Mazano

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Averiguar eventual falta de material para a realização de procedimento cirúrgico no PAM.

#### **9. Inquérito Civil nº 10/2013**

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Consórcio Guaicurus

Assunto: Apurar possível inobservância, do dever de prestar o serviço público de transporte coletivo com adequação, eficiência e cortesia ante a eventual existência de catracas de passagem com tamanhos inadequados nos ônibus.

#### **10. Procedimento Preparatório nº 4/2015**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar reclamação sobre contratação irregular de servidor para atuar no PROCON.

#### **11. Procedimento Preparatório nº 15/2015**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Inocência

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na travessia de animais na rodovia MS 240, dando causa a possíveis acidentes e gerando perigo à vida das pessoas que trafegam nesta Comarca.

#### **12. Inquérito Civil nº 87/2014**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades constantes no Processo nº 39/300.040/2006 da Fundação Estadual Jornalista Luiz Chagas de Rádio e Televisão Educativa de Mato Grosso do Sul, concernente a suposta ausência da apresentação dos relatórios das atividades.

#### **13. Inquérito Civil nº 23/2014 (Sigiloso)**

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social

e das Fundações da comarca de Campo Grande.

#### **14. Inquérito Civil nº 1/2014**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Delci Macari, proprietário da fazenda Dragão

Assunto: Apurar degradação ambiental na fazenda Dragão, tendo em vista a construção de uma represa na propriedade rural.

#### **15. Inquérito Civil nº 11/2011**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de irregularidade no procedimento licitatório do executivo municipal objeto da Carta Convite nº 044/2009.

#### **16. Inquérito Civil nº 10/2015**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Qualimix - Nutrição Animal Ltda.- EPP

Assunto: Apurar a instalação e a operação do empreendimento denominado “Qualimix - Nutrição Animal Ltda.- EPP”, CNPJ nº 00.221.052/0002-79, localizado na Av. Principal Número 02, nº 205, no Bairro Núcleo Industrial, em Campo Grande-MS, por estar operando atividade potencialmente poluidora sem licença ou autorização ambiental válida ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

#### **17. Inquérito Civil nº 4/2015**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Posto Nona Emília Ltda.

Assunto: Apurar a instalação e a operação do empreendimento denominado “Posto Nona Emília Ltda.”, CNPJ nº 00.143.312/0001-54, localizado na rua Secundária 05, Núcleo Industrial, em Campo Grande-MS, por estar operando atividade potencialmente poluidora sem licença ou autorização ambiental válida ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

### **CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL**

#### **Aviso Nº 21/CEAF-2015 - XVIII Processo de Seleção de Estagiários**

O Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, **CONVOCA** o candidato aprovado no XVIII Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº001/CEAF-2015, de 24 de abril de 2015, publicado no DOMP nº1034, de 27 de abril de 2015, para a **entrega dos documentos**

**necessários ao credenciamento.**

Informa a seguir ao candidato convocado, a relação de documentos, a data e os locais onde deverão ser entregues.

**1. CANDIDATO CONVOCADO****1.1. COMARCA DE DOURADOS**

O candidato aprovado deverá entregar a documentação abaixo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação oficial deste, na Rua João Corrêa Neto, nº 400, Bairro Santo Antônio - Dourados/MS - Telefones; (67)3902-2800 – Fax: 3902-2809.

**1.1.1. COMARCA DE DOURADOS**

**DIREITO – Dourados - Turno do Estágio: Vespertino**

CANDIDATO	POSIÇÃO
THAYANE BRITO DE JESUS	6º

**2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2.	Declaração ou certidão de <b>matrícula atualizada</b> , emitida pela instituição de ensino, que informe o <b>ano letivo / turno / semestre / número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso (não será aceito documento que não contenha todas essas informações)</b> ; Na impossibilidade de apresentação da matrícula atualizada com todas as informações indicadas, é imprescindível a apresentação do <b>Histórico Escolar</b> .
3.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5.	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;
6.	Declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7.	Atestado de exame ABO-RH;
8.	Número da agência e da <b>conta corrente no Banco do Brasil (exceto poupança)</b> ;
9.	02 fotografias coloridas, 3x4 recentes e 01 fotografia 2x2;
10.	Ficha de Cadastro (disponível no link do CEAF) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada.

Campo Grande, 25 de Agosto de 2015.

**a) EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA**

Procurador de Justiça

Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF

**SECRETARIA-GERAL****EDITAL N.º 003/2015/PJEL**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio da Promotoria de Justiça da comarca de Eldorado, nos

termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, publicada no Diário de Justiça n. 2.247, de 30.7.2010, c.c as disposições dos artigos 43 e 44 da Lei Complementar n. 72, de 18.1.1994, modificado pela Lei Estadual n. 133, de 15 de abril de 2009, divulga o gabarito oficial da prova escrita realizada em 23 de agosto de 2015, para o **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ESTAGIÁRIOS DE ENSINO MÉDIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, na comarca de Eldorado/MS, conforme relação abaixo:

1	E	21	B
2	C	22	C
3	C	23	C
4	C	24	C
5	E	25	C
6	E	26	A
7	B	27	E
8	B	28	A
9	E	29	E
10	C	30	B
11	C	31	D
12	E	32	E
13	A	33	A
14	A	34	E
15	A	35	C
16	A	36	D
17	C	37	B
18	E	38	B
19	C	39	C
20	C	40	E

Eldorado – MS, 25 de agosto de 2015.

**Bianka Machado Arruda Mendes**  
Promotora de Justiça

\*\*\*\*\*

**EDITAL N.º 004/2015/PJEL**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio da Promotoria de Justiça da comarca de Eldorado, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, publicada no Diário de Justiça n. 2.247, de 30.7.2010, c.c as disposições dos artigos 43 e 44 da Lei Complementar n. 72, de 18.1.1994, modificado pela Lei Estadual n. 133, de 15 de abril de 2009, divulga o resultado do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ESTAGIÁRIOS DE ENSINO MÉDIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, na comarca de Eldorado/MS, conforme relação abaixo:

CANDIDATO	POSIÇÃO	NOTA
Weslei Gomes Soares da Silva	1º	7,00
Isabele Colaço Melgarejo	2º	5,75
Geovane Fernandes dos Santos	3º	5,25
Victor Hugo de Oliveira	Reprovado	4,75
Gabriele Brandão	Reprovado	4,50
Lucas Mendes	Reprovado	4,25
Maria Eduarda de Souza	Reprovado	4,25
Andressa Mariana de Souza	Reprovado	4,00
Kely Thalia Alcantara Simeoni	Reprovado	3,50

Bruna Valero	Reprovado	3,00
Hevelyn Caroline de Souza Koiler	Reprovado	3,00
Cassia Gabriely Galis Andrade	Reprovado	2,00
Graziela Oliveira Rocha	Reprovado	2,00
Joice Oliveira Ferreira	Reprovado	2,00
Rayane Gomes Ferreira	Reprovado	2,00
Cíntia Caroline Bonfante	Reprovado	1,75
Débora Noilsa Barbosa da Silva	Reprovado	1,75
Agda Priscila Torrês de Oliveira	Reprovado	1,00
Ana Claudia das Mercês Albuquerque	Eliminado	Ausente
Angelica dos Santos Gomes	Eliminado	Ausente
Bruna Mayara de Souza Lima	Eliminado	Ausente
Bruna Muniz Ramos	Eliminado	Ausente
Bruna Santos da Silva	Eliminado	Ausente
Dhieniffer Bianca Mendes Teixeira	Eliminado	Ausente
Jeferson Mailon de Souza Lopes	Eliminado	Ausente
Luiz Fernando Roecker	Eliminado	Ausente
Marcos Vinicius da Silva Rocha	Eliminado	Ausente
Naila Fernanda da Silva Oliveira	Eliminado	Ausente
Andressa de Souza	Eliminado	Ausente

Eldorado – MS, 26 de agosto de 2015.

**Bianka Machado Arruda Mendes**  
Promotora de Justiça

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

#### Extrato da Nota de Empenho 2015NE003690 de 25.08.2015 - Processo PGJ/10/2672/2015.

Credor: MB Comércio de Máquinas, Ferramentas e Serviços Eireli – EPP.

Ordenador de despesa: **João Albino Cardoso Filho**, Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Objeto: aquisição de fio de cobre flexível.

Valor: R\$ 3.992,80, nos termos da Nota de Empenho nº 2015NE003690, de 25.08.2015. Ata de Registro de Preços n. 067/2015, da Secretaria de Administração - SAD.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

#### Retificação por Incorreção

Retifica-se por incorreção o extrato de publicação da Nota de Empenho 2015NE003164 de 27.07.2015 – Processo PGJ/10/1315/2015, publicada no DOMP-MS Nº 1098 de 29 de julho de 2015, página 27.

**Onde Consta:** “Valor R\$ 14.580,00, nos termos da Nota de Empenho nº 2015NE003164, de 27.07.2015”.

**Passe a constar:** “Valor R\$ 14.850,00, nos termos da Nota de Empenho nº 2015NE003164, de 27.07.2015”.

\*\*\*\*\*

**Extrato da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 01/PGJ/2015 – Publicada no DOMP-MS n.º 1033, de 24 de abril de 2015 e republicada no DOMP-MS n.º 1094, de 23 de julho de 2015 (página 07).**

**(Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei n.º 8.666/1993)**

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/PGJ/2015-SRP

**DO OBJETO :** o Registro de Preços unitários para a

eventual prestação de serviços de instalação de condicionadores de ar (capital e interior) e execução de tubulação de cobre, conforme especificações constantes a seguir:

Lote	Item	Especificação dos Serviços	Und.	Previsão de Consumo	Preço Unitário (R\$)
1	1.1	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 9.000 Btu's. <b>Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA</b>	m	60	46,54
	1.2	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 9.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS. <b>Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA</b>	Serv.	10	322,20
	1.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 9.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado. <b>Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA</b>	Serv.	10	537,00

Lote	Item	Especificação dos Serviços	Und.	Previsão de Consumo	Preço Unitário (R\$)
2	2.1	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 12.000 Btu's. <b>Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA</b>	m	200	58,80
	2.2	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 12.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS. <b>Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA</b>	Serv.	27	378,00
	2.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 12.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado <b>Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA</b>	Serv.	27	630,00

Lote	Item	Especificação dos Serviços	Und.	Previsão de Consumo	Preço Unitário (R\$)
3	3.1	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 18.000 Btu's. <b>Empresa vencedora: A2GB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP</b>	m	80	63,00



3.2	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 18.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS. <b>Empresa vencedora: A2GB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP</b>	Serv.	15	403,20
3.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 18.000 Btu's, 220 V nas Promotorias de Justiça situadas, nas Comarcas do Interior do Estado. <b>Empresa vencedora: A2GB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP</b>	Serv.	15	672,00

Lote	Item	Especificação dos Serviços	Und.	Previsão de Consumo	Preço Unitário (R\$)
4	4.1	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 24.000 Btu's. <b>Empresa vencedora: CLIMA TECK CLIMATIZAÇÃO LTDA – EPP</b>	m	90	73,04
	4.2	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 24.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS. <b>Empresa vencedora: CLIMA TECK CLIMATIZAÇÃO LTDA – EPP</b>	Serv.	15	415,00
	4.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 24.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado. <b>Empresa vencedora: CLIMA TECK CLIMATIZAÇÃO LTDA – EPP</b>	Serv.	15	664,00

Lote	Item	Especificação dos Serviços	Und.	Previsão de Consumo	Preço Unitário (R\$)
5	5.1	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 30.000 Btu's. <b>Empresa vencedora: A2GB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP</b>	m	100	91,02
	5.2	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 30.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS. <b>Empresa vencedora: A2GB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP</b>	Serv.	12	451,00
	5.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 30.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de	Serv.	12	738,00

		Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado. <b>Empresa vencedora: A2GB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP</b>			
--	--	---	--	--	--

Lote	tem	Especificação dos Serviços	Und.	Previsão de Consumo	Preço Unitário (R\$)
6	6.1	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 36.000 Btu's. <b>Empresa vencedora: A2GB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP</b>	m	50	131,75
	6.2	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 36.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS. <b>Empresa vencedora: A2GB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP</b>	Serv.	05	637,50
	6.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 36.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado. <b>Empresa vencedora: A2GB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP</b>	Serv.	05	935,00

**VALIDADE DA ATA:** 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

**DATA DA ASSINATURA:** 14 de abril de 2015.

#### EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

#### COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL CAMPO GRANDE

##### Edital nº 012/2015

A 49ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 02/2015 em Inquérito Civil nº 02/2015, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Ricardo Brandão, nº 232 – Itanhanga Park.

##### Inquérito Civil nº 03/2015

**Requerente:** Ministério Público Estadual.

**Requerido:** A apurar

**Assunto:** Apurar eventuais irregularidades na Administração, bem como, na aplicação de verbas públicas destinadas à entidades filantrópicas IFOMEP. Campo Grande/MS, 25 de agosto de 2015.

**GEVAIR FERREIRA LIMA JR.** - Promotor de Justiça

#### COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

##### Edital n. 12/2015

A 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três

Lagoas/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elviro Mário Mancini, n. 860, Centro.

**Procedimento Preparatório n. 12/2015**

**Requerente:** Ministério Público Estadual.

**Requerido:** Romeu de Campos Junior .

**Assunto:** Apurar denúncia de irregularidade do evento III EBABÃO, realizado nos dias 31/07/2015 e 01/08/2015, na Loja Maçônica Regente Feijó, localizada na BR 262, Município de Três Lagoas.

Três Lagoas/MS, 25 de agosto de 2015.

**FERNANDO MARCELO PEIXOTO LANZA** - Promotor de Justiça em Substituição Legal

**Edital n. 13/2015**

A 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elviro Mário Mancini, n. 860, Centro.

**Procedimento Preparatório n. 13/2015**

**Requerente:** Ministério Público Estadual e C. N. da S.

**Requerido:** Radio Caçula, TVC, Cultura 106 FM e Mirian Monteiro Herrera Hamed.

**Assunto:** Apurar excesso na divulgação de caso de estupro de adolescentes na mídia local.

Três Lagoas/MS, 26 de agosto de 2015.

**FERNANDO MARCELO PEIXOTO LANZA** - Promotor de Justiça em Substituição Legal

**Edital n. 14/2015**

A 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elviro Mário Mancini, n. 860, Centro.

**Procedimento Preparatório n. 14/2015**

**Requerente:** Ministério Público Estadual e 5º Grupamento de Bombeiros.

**Requerido:** Estado de Mato Grosso do Sul.

**Assunto:** Apurar prejuízo à merenda dos alunos da Escola Estadual Afonso Pena em razão da interdição da cozinha.

Três Lagoas/MS, 26 de agosto de 2015.

**FERNANDO MARCELO PEIXOTO LANZA** - Promotor de Justiça em Substituição Legal

**Edital n. 15/2015**

A 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elviro Mário Mancini, n. 860, Centro.

**Procedimento Preparatório n. 15/2015**

**Requerente:** Ministério Público Estadual.

**Requerido:** Município de Três Lagoas.

**Assunto:** Apurar ineficiência do Município de Três Lagoas no fornecimento de seringas e agulhas para aplicação de insulina para as pessoas portadoras de diabetes.

Três Lagoas/MS, 26 de agosto de 2015.

**FERNANDO MARCELO PEIXOTO LANZA** - Promotor de Justiça em Substituição Legal

---

**CASSILÂNDIA**

---

**Edital nº 04/2015**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil nº 04/2015 que está à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800, Vila Izanópolis.

**Inquérito Civil nº 04/2015**

**Requerente:** Ministério Público Estadual

**Requerido:** Município de Cassilândia

**Assunto:** Apurar omissão da administração pública no fornecimento de água e manutenção da rede de abastecimento.

Cassilândia, 12 de agosto de 2015.

**ALINE MENDES FRANCO LOPES** – Promotora de Justiça

**Edital nº 05/2015**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil nº 04/2015 que está à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800, Vila Izanópolis.

**Inquérito Civil Nº 05/2015**

**Requerente:** Ministério Público Estadual

**Requerido:** Município de Cassilândia

**Assunto:** Apurar denúncias de superlotação em transporte escolar e irregularidades quanto à licitação para prestação dos serviços de transporte, bem como a falta de projeto para recebimento de veículos escolares de programas do Governo Federal.

Cassilândia, 12 de agosto de 2015.

**ALINE MENDES FRANCO LOPES** – Promotora de Justiça

**Edital nº 11/2015**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia/MS, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo nº 11/2015 que está à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800, Vila Izanópolis.

**Procedimento Administrativo nº 11/2015**

**Requerente:** Ministério Público Estadual

**Acompanhado:** A.F.M.S.

**Assunto:** Acompanhamento da criança A.F.M.S. em razão da situação de risco em que se encontra.

Cassilândia, 21 de agosto de 2015.

**ALINE MENDES FRANCO LOPES** – Promotora de Justiça

**Edital nº 16/2015**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia/MS, torna pública a instauração de Procedimento Preparatório nº 16/2015 que está à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800, Vila Izanópolis.

**Procedimento Preparatório nº 16/2015**

**Requerente:** Ministério Público Estadual

**Representado:** Lan House Net

**Assunto:** Averiguar a regularidade do funcionamento da

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

Lan House Net, conforme observância obrigatória das regras impostas pela Lei estadual 3.103/2005, bem como portaria nº 01/2002, do Juízo da Infância e Adolescência. Cassilândia, 21 de agosto de 2015.

**ALINE MENDES FRANCO LOPES** – Promotora de Justiça

---

### COXIM

---

#### **Edital nº 021/2015**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS.

#### **Inquérito Civil nº 21/2015**

**Requerente:** Ministério Público Estadual.

**Requerido:** Proprietário da Chácara São José.

**Assunto:** Apurar eventual dano decorrente do corte de árvores sem autorização ambiental, no imóvel rural denominado “Chácara São José”, localizado neste Município de Coxim, de propriedade de Elício de Lima Neto.

Coxim, 19 de agosto de 2015.

**DANIELLA COSTA DA SILVA** - Promotora de Justiça

---

### JARDIM

---

#### **Edital n. 003/2015.**

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Jardim torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Coronel Stuck, n. 85 – Promotorias de Justiça, em Jardim/MS.

#### **Inquérito Civil n. 03/2015.**

**Requerente:** Ministério Público Estadual.

**Requerido:** A apurar.

**Assunto:** Apurar eventual ato de improbidade administrativa em virtude do não pagamento de precatórios nos autos nº 0009220-32.2011.8.12.0000 e nº 1600148-30.2012.8.12.0013.

Jardim, 24 de agosto de 2015.

**LIA PAIM LIMA** - Promotora de Justiça

---

### PONTA PORÃ

---

#### **Edital n. 43/2015/1ªPJPP**

A 1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha n. 1.613.

#### **Inquérito Civil n. 17/2015/1ªPJPP**

**Requerente:** Ministério Público Estadual.

**Requerido:** Município de Ponta Porã.

**Assunto:** Apurar a infringência às normas de postura municipal em razão das más condições de tráfego na ponte da rua Cajamanga localizada entre os Bairros Residencial Ponta Porã I e Centro.

Ponta Porã, 26 de agosto de 2015.

**GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES** –

Promotor de Justiça

---

### COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

---

#### ANAUROLÂNDIA

---

#### **Edital nº 22/2015-PJA**

A Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Centro, Ed. do Fórum, Anaurilândia/MS – telefone (67) 3445-1393.

#### **Procedimento Preparatório nº 16/2015-PJA**

**Requerente:** Ministério Público Estadual.

**Requerido:** A Apurar.

**Assunto:** Apurar eventual irregularidade no pagamento de acréscimo salarial por função gratificada (FG) aos servidores efetivos do Município de Anaurilândia que não tenham atribuição de chefia, direção ou assessoramento.

Anaurilândia/MS, 21 de agosto de 2015.

**ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI** – Promotor de Justiça

---

### BRASILÂNDIA

---

#### **Edital nº 07/2015**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Manoel Vicente, nº 1421, Jardim Camargo.

#### **Inquérito Civil nº 05/2015**

**Requerente:** Ministério Público

**Requerido:** Município de Brasilândia - MS

**Assunto:** Apurar eventual vulneração do direito ao transporte escolar aos alunos residentes na área rural do município de Brasilândia.

Brasilândia-MS, 24 de agosto de 2015.

**MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO** - Promotor de Justiça

\*\*\*\*\*

#### **RECOMENDAÇÃO N.º 002/2015/PJB**

Nº SAJ/MP: 06.2015.00000050-3

O **Ministério Público Estadual**, por seu Promotor de Justiça Substituto que ao final subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 129 da Constituição Federal, art. 132 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, art. 26, inciso IV, alínea “b” e art. 28, ambos da Lei Complementar n.º 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul), e:

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que a Resolução nº 015/2007 dispõe em seu art. 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

**CONSIDERANDO** que a “*administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)*” (artigo 37, *caput* da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como a proteção dos interesses e direitos atinentes à infância e juventude, adotando as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos arts. 127, *caput* e 129, inciso II da Constituição Federal e art. 201, incisos V e VIII e 210, inciso I da Lei nº 8.069/90;

**CONSIDERANDO** que cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito pelos poderes municipais e por entidades que exerçam função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública (art. 27, I e IV, Lei Federal 8.625/93), assim como fiscalizar a fiel observância às leis pela Municipalidade e por seus agentes públicos, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

**CONSIDERANDO** que a criança e o adolescente, por expressa determinação do art. 227, *caput* da Constituição Federal, é destinatária da mais absoluta prioridade, por parte do Poder Público, sendo que tal garantia de prioridade, *ex vi* do disposto no art. 4º, parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d”, da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), dentre outras, importa na “precedência de atendimentos no serviço público ou de relevância pública”, “preferência na formulação e execução das políticas sociais públicas” e na “destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude” (*in verbis*), razão pela qual está o Poder Executivo obrigado a assegurar recursos orçamentários em caráter privilegiado para a implantação e manutenção de políticas de atendimento à criança, ao adolescente e famílias, que por sua vez terão preferência na execução deste mesmo orçamento;

**CONSIDERANDO** que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (art. 5º, do ECA), que “a criança e o adolescente têm

direito (...) ao respeito e à dignidade de como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis” (art. 15, do ECA), que “o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente (...)” (art. 17, do ECA);

**CONSIDERANDO** que *educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*, nos termos do artigo 205 da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que segundo o art. 206, inciso VII, da Constituição Federal o ensino será ministrado com base, dentre outros, no **princípio da garantia de padrão de qualidade**;

**CONSIDERANDO** que a Carta Magna, ao disciplinar a organização da educação nacional, no parágrafo 2º de seu art. 211, prescreve a obrigação de os Municípios atuarem prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil; e, ainda, que a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) determina, no inciso V de seu art. 11, que os Municípios incumbir-se-ão de oferecer, prioritariamente, o ensino fundamental e a educação infantil, permitida a atuação em outros níveis de ensino, somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e ao desenvolvimento do ensino;

**CONSIDERANDO** que o art. 212 da Constituição Federal exige que os Municípios apliquem, anualmente, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino;

**CONSIDERANDO** que a educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (arts. 21 e 22 da Lei nº 9.394/96 – LDB);

**CONSIDERANDO** que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) prevê ser “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”, tendo “por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art. 2º), sendo o ensino ministrado com base no princípio (art. 3º) da garantia de padrão de qualidade;

**CONSIDERANDO** que, de acordo com o art. 25 da Lei

nº 9.394/96, será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento;

**CONSIDERANDO** que, conforme o art. 21, da Deliberação CEE/MS, nº 9191, que estabelece normas para a educação básica, do Sistema Estadual de Ensino, “para oferta da Educação Básica, a Instituição de Ensino deve ter uma estrutura mínima que contemple (...) II - salas de aula para as atividades educacionais, adequadas para o número de educandos a serem atendidos, em consonância com a Proposta Pedagógica (...)”

**CONSIDERANDO** que o Regimento Interno da Escola Municipal Antônio Henrique Filho, descreve em seu art. 85 os quantitativos máximos de alunos por turma, como sendo “(...) 5º ano = 35 (trinta e cinco); IV – 6º ao 9º ano = 38 (trinta e oito)” e o termo de declarações aponta que o 5º-C ano está com 38 (trinta e oito alunos), o 8º-B está com 40 (quarenta) alunos, denotando o número excessivo de alunos (fl 45);

**CONSIDERANDO** que, por meio do ofício nº 361/2015 (fl. 31), a Secretaria Municipal de Educação informou ao Ministério Público Estadual que, no período de férias escolares, orientou a direção da Escola Municipal Antonio Henrique Filho sobre a reestruturação das turmas, a qual implicou na redução de três turmas/salas de aulas;

**CONSIDERANDO** que no ofício nº 036/2015, anteriormente aludido, **informou-se que o encerramentos das turmas da Escola Antonio Henrique filho foram realizadas em período de férias escolares para reduzir os impactos sobre o rendimento dos alunos e que os familiares foram orientados a transferir estudantes para escolas próximas de suas residências;**

**CONSIDERANDO** que o relatório expedido pela empresa CPA – Consultoria, Assessoria em Gestão Empresarial – EIRELIME, à Secretaria Municipal de Educação, recomendou em seu item 4: *Quanto ao ensalamento de alunos, podemos sugerir o seguinte: a. A Escola Paulo Simões existem vagas nos 2º, 3º, 4º e 5º ano, podendo receber alunos transferidos de outras Escolas. b. A Escola Antônio Henrique Filho, deve realizar um trabalho, que sugiro a participação da Senhora Secretária de Educação, junto à Direção da Escola e Pais de Alunos. Esse trabalho visa tentar levar 10 alunos do 4º para a Escola Paulo Simões, para que as salas de aula não fiquem tão cheias. E será possível dar cinco turmas, serem apenas 3. No 5º ano, tentar levar 14 alunos para escola Paulo Simões, alocar novamente os alunos, e ficando com apenas 3 turmas. Caso não seja possível, alocar internamente e ficar com 4 turmas. No 6º ano, deve-se alocar e fechar uma turma, ficando com quatro turmas. No 8º ano, é possível fechar uma turma e também alocar os alunos nas outras turmas. No 8º ano, é*

*possível fechar uma turma e também alocar os alunos nas outras turmas. No 9º ano, também é possível fechar um turma e alocar os alunos nas outras turmas, ficando com duas turmas. Realizando essas medidas, gera economia de 783 horas aulas no Mês. Totalizando 9.396 horas aulas no ano. Demitir os professores remanescentes ou reduzir a hora aula dos mesmos. (fl. 81);*

**CONSIDERANDO** o relatório sobre salas de aula, emitido pela Escola Municipal Antônio Henrique Filho e encaminhado à Secretara Municipal de Educação, por meio do ofício nº 025/2015 (fl. 86) restou consignado: *No dia 09/07/15 a Secretária Municipal de Educação Floriana Débora de Souza Ladeia e a Professora Celi Campos compareceram a Escola Municipal Antonio Henrique Filho para comunicarem a Diretora Solange Costa Ramos Silva, que por decisão da SEMEC seria fechadas três salas de aula nesta Unidade Escolar, sendo o 4º Ano C, o 5º Ano B e o 8º Ano B, justificando que os Alunos, os Pais e os Professores não foram comunicados com antecedência para evitar transtornos como desestimular alunos e professores no final do bimestre (último dia de aula do 2º bimestre), remanejando os alunos para outras salas de aula ou outros períodos. Sobre o número de salas de aula nesta Unidade Escolar, passou a ser o seguinte: Onde existiam cinco (5) salas de 4º ano, 5º Anos e 8º Anos, com a mudança, diminuiu, ficando quatro (4) salas de aula de cada série.*

**CONSIDERANDO** que o município não seguiu as recomendações da consultoria prestada, no que diz respeito ao ensalamento dos alunos, **visto que promoveu o encerramento de turmas da Escola Municipal Antoni Henrique Filho sem antes mobilizar pais e professores para que alguns estudantes fosse transferidos de escola**, visando manter número adequado de alunos nas salas remanescentes;

**CONSIDERANDO** que em termo de declarações colhido de genitoras de alunos da Escola Municipal Antonio Henrique Filho (fls. 09-10), restou consignado que a Direção não comunicou os pais acerca do fechamento de turmas e que as novas salas estão com limite de alunos acima do permitido pelo regimento escolar, ou seja, o 5º ano-C está com 38 alunos, e o máximo é de 35 e o 8º anos-B está com 40 alunos, e o máximo é de 38.

**CONSIDERANDO** que as genitoras informaram que o regimento escolar da Escola Municipal Antônio Henrique Filho, em seu art. 88, garante espaço de 1,30m2 aos alunos do ensino fundamental e que, com a superlotação da turmas, tal área não está sendo respeitada;

**CONSIDERANDO**, ainda, que o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente, nos termos do §2º do art. 208 da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** que o não oferecimento ou a oferta irregular de condições de acesso à educação, além de autorizar a tomada de medidas judiciais para corrigir a situação lesiva aos interesses das crianças e adolescente cujos direitos estiveram ameaçados ou violados, importa na responsabilidade da autoridade pública competente, *ex vi* do disposto nos arts. 5º, 54, § 2º e 208, inciso I, c.c. art. 216, todos do ECA;

**CONSIDERANDO** que a violação do Princípio da Legalidade constitui ato de improbidade administrativa, previsto no art. 11, da Lei nº 8.429/1992;

**CONSIDERANDO** que os atos de improbidade administrativa importam na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas na Lei 8.429/92, sem prejuízo da ação penal (art. 37, § 4º, CF);

**CONSIDERANDO** que os titulares dos cargos em comissão são nomeados em função da relação de confiança que existe entre eles e a autoridade nomeante;

**CONSIDERANDO** que o prefeito municipal possui o poder hierárquico sobre a Secretária Municipal de Educação e, como gestor do poder executivo local, tem o dever de ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas no âmbito da referida Secretaria Municipal de Educação.

**CONSIDERANDO** que tramita nesta Promotoria de Justiça o Inquérito Civil nº 05/2015, que apura a superlotação de turmas de alunos na Escola Antonio Henrique Filho, haja vista que o município promoveu o fechamento de algumas salas e efetuou redistribuição dos alunos;

**CONSIDERANDO** a necessidade de se colocar fim a tal irregularidade, adequando a conduta da Administração local aos ditames constitucionais e legais, o que permitirá a promoção de arquivamento do presente Inquérito Civil;

**RESOLVE**, em defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, em observância aos princípios da legalidade **RECOMENDAR**, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para a responsabilização das autoridades competentes,

Ao **PREFEITO MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA/MS**, Excelentíssimo Senhor **JORGE JUSTINO DIOGO** e à Secretária Municipal de Educação, Senhora **FLORIANA DÉBORA DE SOUZA LADEIA** que:

a) **efetuem, no prazo de 05 (cinco) dias, a partir do recebimento da presente recomendação, a readequação do número de alunos das turmas remanescentes do fechamento das salas 4º ano-D, 5º ano-B e 8º ano-C, da Escola Municipal Antônio Henrique Filho, na forma da recomendação prestada pela**

consultoria que fora encaminhada à Secretária Municipal de Educação, de modo a cumprir a legislação vigente e o Regimento Interno da referida escola, no que se refere ao número máximo de alunos por turma, **reabrindo imediatamente as salas que foram encerradas, se necessário.**

b) **remeta, no prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento da presente recomendação, a esta Promotoria de Justiça, documentos comprobatórios da readequação do número de alunos nas salas da Escola Municipal Antônio Henrique Filho, de forma a sanar o problema da superlotação, especialmente nas turmas: 5º ano-C (que ora possui 38 alunos, sendo permitido o máximo de 35) e 8º ano-B (que ora possui 40 alunos, sendo permitido o máximo de 38).**

c) **remeta, no prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento da presente recomendação documentos que comprovem** que as salas da Escola Antonio Henrique Filho respeitam a metragem de 1,30m2 de área por aluno, no ensino fundamental, nos termos do art. 88 do regimento escolar.

d) **promova, em (05) cinco dias, a publicação da presente Recomendação em expediente utilizado para a divulgação dos atos oficiais do Município.**

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes, **inclusive promoção por ato de improbidade administrativa**, para garantir a prevalência dos direitos afetos às crianças e adolescentes de que trata esta **RECOMENDAÇÃO**.

A presente **RECOMENDAÇÃO** não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, **no prazo de 05 (cinco) dias a partir do recebimento da presente**, se as autoridades destinatárias acolherão ou não a **RECOMENDAÇÃO**, sob pena de, não adotando as providências, ter prosseguimento as investigações ou ser manejada a ação judicial respectiva.

Brasilândia-MS, 25 de agosto de 2015

**MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO** - Promotor de Justiça

---

**INOCÊNCIA**

---

**Edital nº 01/2015**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Inocência-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Batista Pereira, nº 589-B, Centro.

**Inquérito Civil nº 01/2015**

**Requerente:** Ministério Público Estadual

**Requerido:** A apurar

**Assunto:** Apurar eventual inadequação do serviço



público de energia elétrica em Inocência/MS.  
Inocência/MS, 25 de agosto de 2015.

**ANDRÉA DE SOUZA RESENDE** – Promotora de Justiça

---

### ITAPORÃ

---

#### **Edital n.º 26/2015/PJ-ITP**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Itaporã/MS, torna pública a conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Avenida São José n.º 02, Centro - Edifício Fórum.

#### **Inquérito Civil n.º 01/2015-PJ-ITP**

**Requerente:** Ministério Público Estadual

**Requerido:** A apurar

**Assunto:** Apurar eventuais danos ambientais ocorridos na criação do loteamento popular denominado “Parque das Araras”, no Município de Douradina/MS, diante da não observância à legislação ambiental.

Itaporã, 25 de Agosto de 2015.

**MAGNO OLIVEIRA JOÃO** - Promotor de Justiça

---

### RIBAS DO RIO PARDO

---

#### **Edital n.º 29/2015**

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, n.º 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

#### **Procedimento Preparatório n.º 22/2015/PJRRP**

**Requerentes:** Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

**Requeridos:** Antônio Djalma dos Santos.

**Assunto:** Apurar possível dano ambiental no Sítio São Rafael.

Ribas do Rio Pardo/MS, 25 de agosto 2015.

**GEORGE ZAROUR CEZAR** – Promotor de Justiça.

#### **Edital n.º 30/2015**

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, n.º 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

#### **Procedimento Preparatório n.º 23/2015/PJRRP**

**Requerentes:** Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

**Requeridos:** Maria Arcangela da Silva Santiago.

**Assunto:** Apurar eventual desobediência aos deveres decorrentes da guarda dos menores R.S.S e T.S.S.S.

Ribas do Rio Pardo/MS, 25 de agosto 2015.

**GEORGE ZAROUR CEZAR** – Promotor de Justiça.

---

### RIO VERDE DE MATO GROSSO

---

#### **Edital n.º 30/2015**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa

interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, n.º 180, Bairro Nhecolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

#### **Inquérito Civil n.º 17/2015**

**Requerente:** Ministério Público Estadual

**Requerido:** Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS

**Assunto:** apurar eventual omissão do Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS na fiscalização de queimadas urbanas.

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 18 de agosto de 2015.

**MATHEUS CARIM BUCKER** - Promotor de Justiça



## DIÁRIO OFICIAL DO MP

Com o objetivo de aprimorar a política de comunicação e divulgação oficial dos atos administrativos, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, disponibiliza o Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul – DOMP-MS.

O DOMP-MS foi instituído pela Lei Estadual nº 3.963, de 13 de setembro de 2010, e regulamentado pela Resolução nº 21/PGJ/2010, de 18 de novembro de 2010 (publicada em 18/11/2010).

*E-mail para envio de matérias:*

[\*\*dompms@mpms.mp.br\*\*](mailto:dompms@mpms.mp.br)

**Telefone para contato:**

**(67) 3318-2055**